

Em 75% dos casos de estupro, o autor do crime é próximo à vítima

A imagem estereotipada do estupro, **o maior dos pesadelos femininos**, é mais ou menos assim: um maníaco sexual desconhecido e armado que comete o abuso num beco escuro. Mas as estatísticas mostram que esses casos são minoria entre os **mais de 45 mil estupros - cinco por hora - registrados todo ano** no Brasil.

[\(Revista Claudia, 25/04/2017 - Acesse o site de origem\)](#)

Segundo um estudo do Instituto Patrícia Galvão de dezembro passado, crimes sexuais cometidos por **desconhecidos** representam cerca de 25% das ocorrências. Nos outros 75%, o **agressor é do convívio** da vítima: pai, padrasto, namorado, amigo, marido.

“Em geral, eles são o que a sociedade chama de ‘homens de bem’, mas no fundo não respeitam regras nem negativas”, afirma o psicólogo Sergio Barbosa, que há 20 anos trabalha num projeto de responsabilização de autores de violência contra a mulher. “Os parceiros abusam da frase ‘Se não fizer isso comigo, vou procurar quem faça’, e ela se sente obrigada a ceder.”

Ter relação sexual **sem desejar** é estupro. Satisfazer o homem **sob ameaça de ser deixada** é estupro. **Acordar na casa do namorado dopada**, cheia de esperma e sem ideia do que aconteceu é estupro. Esse crime nem sempre é bruto ou deixa marcas como um olho roxo. Também pode vestir uma personalidade romântica, sedutora, embalada por vinho tinto e Marvin Gaye no iPod da sala.

Ele é democrático. Presente em todos os países do mundo, pode ser cometido por um homem inteligente, bonito, bem-sucedido, do aplicativo, mas que é capaz de transformar seu quarto no mesmo beco escuro que você teme. “**Estupro é qualquer penetração, ato libidinoso ou a tentativa de um desses atos praticados sob violência ou grave ameaça**”, resume a

defensora pública Ana Rita Prata, coordenadora auxiliar do Núcleo Especializado de Promoção dos Direitos da Mulher da Defensoria Pública de São Paulo. “E violência pode ser de qualquer tipo: física, emocional, verbal e psicológica.”

Reforçar essa definição é ainda mais importante agora que a Câmara dos Deputados tenta passar um projeto de lei reduzindo a pena para **estupro de vulnerável** (menores de 14 anos ou quem não tem discernimento para a prática do ato ou não pode oferecer resistência) que não envolva penetração e sexo oral. Trata-se de proposta do deputado Fábio Ramalho (PMDB-MG), incluída em parecer do projeto apresentado pela senadora Vanessa Grazziotin (PC do B-AM), que pretende aumentar a punição para a divulgação de crimes sexuais e estupro coletivo.



(Arte: Debora Islas/Getty Images)

Na contramão de avanços, Ramalho tenta retomar uma legislação semelhante à que vigorava antes de 2009. Até então, somente quando havia penetração o acusado era enquadrado por estupro. Se o projeto dele for aprovado, em vez de prisão de seis a 12 anos (chegando a 30 em caso de morte da vítima), o condenado ficará preso apenas dois anos e oito meses.

A mudança ainda está em debate, mas já tem o aval de ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ) - sob a justificativa de que a lei atual é “desproporcional” e acaba não sendo aplicada por juízes das primeiras instâncias, que muitas vezes enquadram o condenado em crimes de pena menor ou os absolve.

Carregar consigo a definição desse crime, assim como você leva um documento de identidade na carteira, portanto, é a principal arma para se prevenir dele. Para a representante do Escritório da ONU Mulheres no Brasil, Nadine Gasman, **ter consciência dos vários tipos de estupro é essencial para evitar que ele seja normalizado.**

A empreendedora social Nill Santos, 46 anos, demorou para perceber que o marido, com quem era casada havia dez anos, a estuprava. Um dia Nill chegou do trabalho e ele a esperava de cueca na cozinha. “Disse que iria me

usar de todas as formas. Ainda choro quando lembro.” A violência extrema a ajudou a criar coragem para sair de casa e a fundar uma ONG para informar sobre diferentes tipos de violência doméstica.

Idealizada em 2012, a Associação de Mulheres de Atitude com Compromisso Social já promoveu rodas de conversa com mais de mil pessoas, o que rendeu a Nill a indicação ao Prêmio CLAUDIA no ano passado. “A maioria das mulheres que atendemos ainda não sabe que é vítima”, conta. **“E muitos homens também não têm noção de que são estupradores porque acham normal o que fazem.”**

O estupro se alimenta do machismo para agir em silêncio. Às vezes, é cometido sem que vítima e agressor se sintam nesse papel. Isso porque os discursos que legitimam o desejo do homem sobre o da mulher estão introjetados em ambos os gêneros. “Eles têm muita dificuldade em admitir que cometeram abuso; isso leva tempo”, afirma Sergio Barbosa, da Tempo de Despertar, que realiza rodas de conversa em que homens de todas as classes sociais refletem sobre seus casos.

Segundo o especialista, a primeira reação deles é jogar a responsabilidade na mulher. “Tendem a dizer que ela se insinuou e que não conseguiram se segurar.” O programa tem dado resultado. “A reincidência de violência sexual caiu de 87% para 9% depois de 14 encontros”, diz Barbosa.

Muito Mais Relatos

Ainda há muitas dúvidas sobre o que é violência sexual: 53% dos atendimentos do **Ligue 180**, serviço gratuito de atendimento à vítima de violência, são pedidos de informação. **“Na primeira ligação, as mulheres querem apenas entender o que aconteceu com elas. Na segunda, ligam para denunciar”**, afirma a secretária especial de Políticas para as Mulheres, Fátima Pelaes.

A cada ano, a central registra um número maior de relatos de estupro, que hoje representam 4,3% do total - a maioria (51%) é de violência física. As denúncias ao 180 aumentaram dez vezes na última década. Em 2006, o serviço atendia 250 casos por ano. Em 2015, foram 2,7 mil. Só no primeiro

semestre de 2016, 2.457.

Essas estatísticas não mostram, necessariamente, que o estupro aumentou no Brasil, mas que **as mulheres estão mais corajosas para relatar um crime que sempre foi pouco ou quase nada denunciado**. Estigma, vergonha, medo de sofrer represálias do agressor e até culpa são as maiores mordças. Por isso, ele está entre os **crimes mais subnotificados** do Código Penal brasileiro.

“O aumento das denúncias tem de ser comemorado porque estamos tirando a sujeira de debaixo do tapete”, diz Juliana de Faria, fundadora do Think Olga, plataforma online de empoderamento feminino. Vários fatores ao longo da última década motivaram a vítima do estupro a quebrar o silêncio.

Criada em 2006, a **Lei Maria da Penha** foi a primeira grande iniciativa nacional para descortinar o tema. Ela deu popularidade à causa. Com ela, vieram também as delegacias da mulher, políticas públicas e programas específicos de combate à violência de gênero. O Ligue 180 surgiu para garantir acolhimento sem que a vítima precisasse se apresentar - e se expor - pessoalmente à polícia.

A combinação de campanhas nas redes sociais e manifestações nas ruas foram determinantes para dar voz às mulheres. “É como um dominó: alguém tem que ter a coragem de derrubar a primeira peça para que as demais caiam”, afirma Juliana de Faria.

Desde que foi criado, em 2013, o Think Olga lançou duas campanhas nacionais contra a violência sexual, a **Chega de Fiu Fiu** (2013) e a **#PrimeiroAssedio** (2015). A última hashtag foi replicada mais de 86 mil vezes no Twitter, onde mais de 3 mil histórias foram compartilhadas apenas na primeira hora após seu lançamento. A campanha de CLAUDIA **#TemQueFalar** foi outra que incentivou uma série de relatos de leitoras e seguidoras, muitas vezes com pedido de anonimato.

Celebridades também ajudam a transformar casos em denúncias. “Toda vez que uma famosa decide falar sobre o estupro que sofreu, o serviço 180 tem picos de chamadas”, afirma Fátima Pelaes. Xuxa, a cantora Pitty, a atriz

Claudia Jimenez e, mais recentemente, a atriz Gisele Itié e a ex-BBB Bella Maia vieram a público para narrar suas histórias de horror.

Precisamos falar

Apesar dos avanços, há um longo caminho pela frente. “Uma vítima a cada 12 minutos ainda é um dado terrível que nos confronta com uma conclusão inevitável: **toda mobilização não tem sido suficiente; é preciso mais e é urgente**”, diz a antropóloga Débora Diniz, pesquisadora da Anis - Instituto de Bioética Direitos Humanos e Gênero, organização feminista não governamental.

A mulher está sob risco de ser estuprada ao longo de toda sua vida (*veja quadro no final da matéria*). **A infância e a adolescência são as etapas de maior vulnerabilidade** - estudo do Ipea mostra que 70% das vítimas que chegam aos serviços de saúde são crianças e adolescentes.

Nesse caso, o risco de o crime ser recorrente é 3,4 vezes maior. “Não tinha referência do que era aquilo”, conta a autônoma Kharine Martins, 34 anos, que foi estuprada pelo pai aos 9. “Doeu muito. Passei a ser compulsiva por sexo e não me envolvo facilmente com os homens.”

As campanhas têm de levar em conta essa variabilidade de tipos de estupro e de público se quiserem motivar novas denúncias. Além disso, é importante garantir um ambiente seguro para acolher o relato da mulher sem questioná-la, culpá-la ou revitimizá-la, desde o hospital, passando pela delegacia e até pelo fórum que vai julgar o processo.

“Quando ela decide procurar um desses serviços, precisa ter **confiança** em quem a ouve”, diz o juiz Marcelo Salmaso, da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania da Associação dos Magistrados Brasileiros.

Autoridades que desconfiam da versão da vítima ainda são comuns. Isso acontece porque o machismo está entranhado também nas instituições. “Ao verem sua moralidade questionada, muitas vítimas desistem da denúncia ou encerram o caso”, relata o promotor Thiago Pierobom de Avila, do Ministério Público do Distrito Federal. Se não bastasse isso, as delegacias

especializadas cobrem apenas 8% dos municípios brasileiros.

“A polícia tem perito para atestar que o vidro de um carro foi quebrado num furto, mas não para avaliar cena de um crime de violência sexual”, diz a defensora pública Ana Rita Prata. É preciso investir em exames de DNA e em bancos de amostras de sangue de criminosos, facilitando a identificação do agressor.

Hoje quase 7 mil pessoas cumprem pena por estupro no Brasil. Não se sabe quantos casos terminam em feminicídio porque o crime é computado como homicídio doloso. Mas **as taxas de reincidência em geral são altas.**

“É preciso falar sobre gênero na escola, para que meninos, desde pequenos, aprendam outra masculinidade, não violenta às mulheres”, afirma a antropóloga Débora Diniz. Afinal, educar meninos e meninas, mulheres e homens é a única forma efetiva de combater o horror desses números crescentes.